

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

**ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS PARA ADESÃO E ELABORAÇÃO DO
PROJETO DE REDESENHO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO INOVADOR
NO PARANÁ**

**CURITIBA
2013**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1. INTRODUÇÃO	4
2. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	6
EIXO INTEGRADOR DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO.....	9
Trabalho como princípio educativo.....	11
Pesquisa como princípio pedagógico	12
Direitos humanos como princípio norteador	13
Sustentabilidade socioambiental como meta universal	13
OS JOVENS E A ESCOLA	13
POSSIBILIDADES DE ADESÃO DO ENSINO MÉDIO INOVADOR NO PARANÁ.....	15
Ensino Médio Noturno	15
Educação Profissional	16
MACROCAMPUS DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR	19
AÇÕES PEDAGÓGICAS INTEGRADAS AO CURRÍCULO	23
Elementos do Projeto Político-Pedagógico	27
Outros componentes da Organização do Trabalho Pedagógico	29
REFERÊNCIAS	32

APRESENTAÇÃO

O Programa do Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pelo Ministério da Educação – MEC, tem por objetivos “induzir um debate nacional sobre o Ensino Médio no País, convergindo para um redesenho dos currículos nas escolas de Ensino Médio, buscando garantir a formação integral dos educandos, por meio da inserção de ações e atividades que tornem o currículo mais dinâmico e a aprendizagem mais efetiva.

Neste sentido, o presente documento apresenta orientações e sugestões para a discussão e elaboração do Projeto de Redesenho Curricular (PRC) nas escolas do Ensino Médio do Estado do Paraná. Ele tem por objetivo induzir às discussões com a comunidade escolar sobre quais ações a escola deve propor para superação das defasagens verificadas no processo escolar dos jovens matriculados nesse nível de ensino.

O documento está organizado de forma a subsidiar todo o planejamento das novas ações que serão desenvolvidas pela escola. Desta forma, apresenta conceitos atualizados e relevantes para subsidiar a elaboração dos objetivos do Ensino Médio que se quer, tais como: a) o trabalho como princípio educativo; b) a pesquisa como princípio pedagógico; c) os direitos humanos como princípio norteador das ações pedagógicas; d) a sustentabilidade socioambiental como meta universal; e) os conceitos de “Juventudes” e a importância do protagonismo juvenil; f) os Macrocampos e como estes se articulam com as diferentes disciplinas e, conseqüentemente, com os conteúdos.

Indica também, quais escolas poderão aderir ao ProEMI no Estado do Paraná e como todos esses conceitos e possibilidades podem e devem estar inseridos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola. Contempla, ainda, orientações de como inserir o Projeto de Redesenho Curricular – PRC no Sistema PDE Interativo, exemplificando a organização das ações no PRC em diferentes disciplinas, destacando o diálogo que se pode estabelecer entre as disciplinas e estas com os Macrocampos propostos no ProEMI.

As sugestões de correlação de disciplinas e Macrocampos apresentadas têm por objetivo demonstrar que o trabalho interdisciplinar na escola é possível,

desde que haja planejamento, interesse e disposição de fazer diferente por parte de todos os envolvidos no processo educativo.

Assim, espera-se que as orientações e sugestões, aqui apresentadas, contribuam para refletir a respeito dos indicadores e resultados de aprendizagem do atual Ensino Médio no Paraná, assim como motivar as escolas para a construção de uma nova Organização Curricular e Práticas de Ensino, que respondam com efetividade às necessidades dos educando desse nível de ensino.

1. INTRODUÇÃO

Garantir o acesso à educação de qualidade aos jovens do Ensino Médio brasileiro é pauta das políticas públicas nacionais de educação. Essa preocupação evidencia-se, principalmente, por meio da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que instituiu a obrigatoriedade do ensino dos 04 aos 17 anos e do Plano Nacional da Educação na Meta 3 (em tramitação) que propõe a universalização do Ensino Médio até o ano de 2020.

De acordo com os dados apresentados pela Síntese dos Indicadores Sociais (SIS 2010); pelo Censo Escolar (INEP 2011), verifica-se a ampliação do acesso escolar no Ensino Médio, no entanto, não se efetivou ainda a garantia da permanência escolar, da qualidade do Ensino para esses jovens, tendo em vista os elevados índices de repetência, abandono e aprovação por Conselho de Classe aferidos nesse nível de ensino.

Em consonância com este panorama nacional, o Estado do Paraná, compreende a necessidade da reorganização dos cursos voltados ao Ensino Médio. Para tanto, é imprescindível a Reorganização Curricular a partir das ações já desenvolvidas na escola em debate junto com a comunidade escolar, implementando ações inovadoras.

Nesse sentido, o Programa Ensino Médio Inovador - ProEMI (proposto pelo MEC) configura-se como um indutor para repensar as ações pedagógicas, desenvolvidas pelas escolas, objetivando garantir o ensino de qualidade e o estímulo necessário aos jovens para a conclusão dos cursos do Ensino Médio.

Para o Projeto de Redesenho Curricular no Ensino Médio do Paraná compreende-se inovação de duas formas: “a) a alteração de sentido a respeito da prática corrente e b) o caráter intencional, sistemático e planejado, em oposição às mudanças espontâneas” (MESSINA, 2001, p. 225-233).

Partindo desse pressuposto, é importante ressaltar que utilizaremos a **inovação** como descrito no item “b”, ou seja, como caráter intencional, sistemático e planejado, em oposição às mudanças espontâneas para discutir a proposta de organização pedagógica e a elaboração de ações que nos levem

ao redesenho curricular e a uma (re)significação do Ensino Médio que ofertamos, seja no âmbito da formação propedêutica ou profissional.

Ainda nessa premissa, redesenhar o Currículo da Escola não implica na dissolução do trabalho organizado em disciplinas, mas sim em orientar a integração entre as áreas de conhecimento expressas nas disciplinas. Desse modo, é por meio do eixo integrador do Currículo, formado pelas dimensões Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura, entendidas como inerentes à atividade humana no seu processo de produção da existência, - que a integração entre as diferentes disciplinas será possibilitada.

A inovação que se pretende atingir está na condição do trabalho pedagógico realizado a partir de uma compreensão da interdisciplinaridade como característica do próprio conhecimento, pertinente e necessária para a formação integral dos estudantes, que lhes permitam a apropriação de referenciais propiciando-lhes refletir criticamente e agir sobre a sua realidade.

2. ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Partindo do pressuposto que as ações indutoras de um 'redesenho' curricular que atenda as atuais demandas da população jovem devem ser ofertadas a todos os estudantes do Ensino Médio, incluindo a Modalidade de Educação Profissional, o Programa Ensino Médio Inovador no Paraná propõe a organização e o planejamento de Ações Pedagógicas Integradas ao Currículo.

Para apreender o significado da proposta acima citada é necessário reiterar a importância da organização curricular assumido pelo Estado do Paraná, que enfatiza a escola como espaço de socialização do conhecimento.

Nesse sentido, para os documentos orientadores do Currículo da Rede Estadual do Paraná, os conhecimentos se organizam por meio dos conteúdos das disciplinas escolares, os quais apesar de compreender as,

disciplinas escolares como indispensáveis no processo de socialização e sistematização dos conhecimentos, não se pode conceber esses conhecimentos restritos aos limites disciplinares. A valorização e o aprofundamento dos conhecimentos organizados nas diferentes disciplinas escolares são condição para se estabelecerem as relações interdisciplinares, entendidas como necessárias para a compreensão da totalidade (DCE, 1998, p. 22).

Assim, o fato de se iniciar uma discussão sobre as possibilidades de se estabelecer relações interdisciplinares, a partir de uma disciplina ou em um conjunto de disciplinas, é o primeiro passo para a busca da integração curricular e para o (Re)desenho de um Currículo para o Ensino Médio, que se consolide em um todo articulado e coerente.

A Resolução n.º 2, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, especificamente em seu art. 6.º, expõe:

O currículo é conceituado como a proposta de ação educativa constituída pela seleção de conhecimentos construídos pela sociedade, expressando-se por práticas escolares que se desdobram em torno de conhecimentos relevantes e

pertinentes, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento de suas identidades e condições cognitivas e sócio afetivas.

Partindo desse pressuposto, entende-se que o Currículo “define um território prático sobre o qual se pode discutir, investigar, mas, antes de tudo, sobre o qual se pode intervir” (SACRISTÁN e GÓMEZ, 1998, p.145), sendo necessário refletir também nas “formas de organizá-los em áreas apropriadas, nas experiências de aprendizagem que se promoverão, na prática dos professores e em todas as demais condições do meio escolar” (SACRISTÁN e GÓMEZ, 1998, p. 175).

É necessário repensar a estrutura organizacional de nossas unidades escolares, problematizando a realidade, a seleção dos conteúdos elencados na Proposta Pedagógica Curricular, o modo que se configura as relações entre professores e jovens, assim como a relação desse com o processo de aquisição e construção do conhecimento.

Nesse sentido, o Programa Ensino Médio Inovador, pode possibilitar um movimento de discussão e de reflexão acerca da prática pedagógica e da organização do tempo e espaço escolar.

É importante ressaltar que não se pode valorizar somente ‘o como’ ensinar em detrimento ‘do que’ ensinar. Assim, não se deve pensar conteúdo e método de forma fragmentada,

ambos conceitos precisam ser entendidos em interação recíproca ou circular, pois se o ensino deve começar a partir de algum plano curricular prévio, a prática de ensiná-lo não apenas o torna realidade em termos de aprendizagem, mas que na própria atividade podem se modificar as primeiras intenções e surgir novos fins. É preciso ver o ensino não da perspectiva de ser atividade instrumento para fins e conteúdos pré-especificados antes de empreender a ação, mas como prática, na qual esses componentes do currículo são transformados e o seu significado torna-se concreto para o aluno (SACRISTÁN e GÓMEZ, 1998, p. 123).

As Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Pública Estadual do Paraná trazem, em sua fundamentação teórica, a necessidade de o professor participar “ativamente da constante construção

curricular e de se fundamentar para organizar o trabalho pedagógico a partir dos conteúdos estruturantes de sua disciplina” (DCE, 2008, p. 27), entendendo por “conteúdos estruturantes os conhecimentos de grande amplitude, conceitos, teorias ou práticas, que se identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar” (DCE, 2008, p. 27).

De acordo com essa mesma Diretriz Curricular (2008), dos conteúdos estruturantes¹, organizam-se os conteúdos básicos que serão trabalhados por série² e os mesmos, juntamente com as orientações teórico-metodológicas, farão parte da Proposta Pedagógica Curricular dos estabelecimentos que, partindo da questão referente à organização e reorganização do tempo escolar, terão como necessidade considerar estratégias organizativas e didáticas para abordar *pontos de partida* diferentes dos alunos, em relação à aprendizagem dos conteúdos, assim como *necessidades* e interesses diferentes (SACRISTÁN e GÓMEZ, 1998, p. 187) da realidade e da comunidade na qual a escola está inserida.

Nesse contexto, as disciplinas se configuram como campos do conhecimento que “devem dialogar numa perspectiva interdisciplinar” (DCE, 2008, p. 29) e essa interdisciplinaridade não pode acontecer de forma forçada. Ou seja, a interdisciplinaridade “não implica na junção artificial, burocrática e falsa” (FRIGOTTO, 2008, p. 58) de conteúdos ou temas que ‘transversam as disciplinas’, mas que os conteúdos “sejam abordados pelas disciplinas que lhe são afins, de forma contextualizada, articulados com os respectivos objetos de estudo dessas disciplinas e sob o rigor de seus referências teórico-conceituais” (DCE, 2008, p. 28).

Partindo desse pressuposto:

a partir das disciplinas, as relações interdisciplinares se estabelecem quando: conceitos, teorias ou práticas de uma disciplina são chamados à discussão e auxiliam a compreensão de um recorte de conteúdos qualquer de outra disciplina; ao se tratar do objeto de estudo de uma disciplina, buscam-se quadros conceituais de outras disciplinas referenciais teóricos que possibilitem uma abordagem mais abrangente desse objeto (DCE, 2008, p. 29).

¹ “os campos de estudos que a identificam como conhecimento histórico” (2008, p. 28).

² “compostos tanto pelos assuntos mais estáveis e permanentes da disciplina quanto pelos que se apresentam em função do movimento histórico e das atuais relações sociais” (2008, p.28).

Ainda sobre o conceito de interdisciplinaridade é importante ressaltar que a mesma

caracteriza-se por uma intensa reciprocidade nas trocas, visando a um enriquecimento mútuo. Não é ciência, nem ciência das ciências, mas é o ponto de encontro entre o movimento de renovação da atitude diante dos problemas de ensino (FAZENDA, 2011, p. 73).

Problemas esses que implicam na capacidade de romper com um currículo fragmentado.

Nesse aspecto, “a relação entre conteúdos e disciplinas precisam ser realizadas de modo a superar a ‘formação fragmentária, positivista e metafísica do educador” (FRIGOTTO, 2008, p. 59). “Uma interdisciplinaridade com vistas a novos questionamentos, novas buscas, enfim, para uma mudança na atitude de compreender e entender” (FAZENDA, 2011, p. 84).

Nesse contexto, as Ações Pedagógicas Integradas ao Currículo precisam estar integradas, pois “o ensino interdisciplinar nasce da proposição de novos objetivos, novos métodos, enfim de uma “nova Pedagogia”, cuja tônica primeira seria a supressão do monólogo e a instauração de uma prática dialógica” (FAZENDA, 2011, p. 88).

E ainda, “É necessário que se reafirme esse aspecto “funcional” da integração; como etapa e não como um produto acabado da interdisciplinaridade” (FAZENDA, 2011, p. 82).

Então, o que se pretende é que ao repensar e redesenhar o Currículo do Ensino Médio não se proponha a acabar com o ensino organizado por Disciplinas, mas criar condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, fruto de um planejamento adequado e não da realização de atividades que sejam produtos da improvisação e do acaso.

EIXO INTEGRADOR DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO

De acordo com o Parecer n.º 05/2011 do Conselho Nacional de Educação – CNE, o Eixo Integrador do Currículo do Ensino Médio é formado pelas dimensões do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura, que se

constituem como essenciais à formação humana e para a oferta de um Ensino Médio de qualidade. Essas dimensões não podem ser **trabalhadas** ou mesmo **entendidas** de forma fragmentada, mas sim de forma **inter-relacionada**.

Nesse sentido, faz-se necessário conceituar o significado de cada uma das dimensões para depois compreendê-las em um processo de integração:

- **Trabalho:** é entendido como ação humana transformadora da realidade e como “realização inerente ao ser humano e como mediação no processo de produção de sua existência” (BRASIL, 2011, p. 19). Nesse sentido, o trabalho enquanto ação de um processo de transformação “produz conhecimentos que, sistematizados sob o crivo social e por um processo histórico, constitui a ciência” (BRASIL, 2011, p. 19).
- **Ciência:** A ciência pode ser entendida então, como

um conjunto de conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente ao longo da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade. (...) Nesse sentido, a ciência conforma conceitos e métodos cuja objetividade permite a transmissão para diferentes gerações, ao mesmo tempo em que podem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novo conhecimentos (BRASIL, 2011, p. 19-20).
- **Tecnologia:** Relacionando então o trabalho à ciência, o conceito de tecnologia pode ser definido como a ‘transformação da ciência em força produtiva’. Nesse pressuposto, a tecnologia faz parte das capacidades humanas. Ou seja, a tecnologia é a “mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real)” (BRASIL, 2011, p. 20).
- **Cultura:** Buscando o conceito de cultura, temos, a partir da definição do dicionário, que cultura se constitui em um “sistema de ideias, conhecimentos, técnicas e artefatos, de padrões de comportamento e atitudes que caracteriza uma determinada sociedade” (MICHAELIS, disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=cultura>. Acessado em 15 de agosto de 2013). Ainda sobre o conceito de cultura, o Parecer n.º 05/2011 CNE,

complementa o exposto acima, afirmando que a cultura deve ser entendida “como articulação entre o conjunto de representações e significados que correspondem a valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma população determinada” (BRASIL, 2011, p. 20).

Portanto, as dimensões do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura se constituem como eixo integrador do Currículo do Ensino Médio, justamente por possibilitar à escola o “diálogo permanente com a necessidade de compreensão de que estes campos não se produzem independentemente da sociedade, e possuem a marca da sua condição histórico-cultural” (BRASIL, 2011, p. 20).

Trabalho como princípio educativo

Entender o trabalho como princípio educativo, significa entender o trabalho em seu sentido ontológico³. Nesse sentido, o

trabalho é parte fundamental da ontologia do ser social. A aquisição da consciência se dá pelo trabalho, pela ação sobre a natureza. O trabalho, neste sentido, não é emprego, não é apenas uma forma histórica do trabalho em sociedade, ele é a atividade fundamental pela qual o ser humano se humaniza, se cria, se expande em conhecimento, se aperfeiçoa. O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história. (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2005, p. 31).

Partindo desse pressuposto, o trabalho se relaciona com a educação, na medida em que, tanto o trabalho, quanto a educação, “são atividades especificamente humanas” (SAVIANI, 2007, p. 152) e estabelecem entre si uma relação de identidade.

Como Saviani discorre, os homens aprendem no próprio ato de *fazer*. Aprendem a trabalhar, trabalhando. “A produção da existência implica o desenvolvimento de formas e conteúdos cuja validade é estabelecida pela

³ Ontologia está relacionada ao ‘ser’, ou seja, trabalho como ação inerente ao ser humano (SAVIANI, 2007).

experiência, o que configura um verdadeiro processo de aprendizagem” (2007, p. 154).

Nesse aspecto, a relação trabalho-educação se estabelece quando os estudantes, durante o processo educativo, passam da anomia⁴ à autonomia⁵ pela mediação do ‘trabalho’ pedagógico e pela mediação do professor.

Pesquisa como princípio pedagógico

A pesquisa como princípio pedagógico se configura como um processo de formação “quando se funda no esforço sistemático e inventivo de elaboração própria, através da qual se constrói um projeto de emancipação social e se dialoga criticamente com a realidade” (DEMO, 2006, p. 10).

Portanto, muito mais do que reprodução, instrução e imitação, a educação e o processo de ensino-aprendizagem deve acontecer a partir de uma “atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem” (DEMO, 2006, p. 16).

Nesse sentido, torna-se essencial problematizar e rediscutir o papel do professor, assim como sua postura em relação à construção do conhecimento, já que “quem ensina, carece pesquisar, quem pesquisa carece ensinar” (DEMO, 2006, p. 16).

Partindo desse pressuposto, mais do que simplesmente ‘passar trabalhinhos de pesquisa’, um dos desafios consiste em que o professor elabore suas aulas intencionalmente e trabalhe com sínteses pessoais.

Em vez de ser apenas intérprete externo do livro didático, deveria ser ele o próprio livro didático, se fosse capaz de tornar-se criador da didática. Isso não dispensa o livro didático. Trata-se de conseguir convivência produtiva com ele, entendendo-se aí pesquisa, sobretudo como diálogo com a realidade, recriado sempre pelo professor, com apoio do livro didático, que passa a ser referência relevante, nem mais, nem menos (DEMO, 2006, p. 85-86).

Ter a pesquisa enquanto princípio educativo não é ‘tarefa fácil’. Não se ‘decide’ simplesmente ter uma prática pautada na contradição e na

⁴ Anomia no sentido de inadequação quanto a um objetivo ou fim educativo (SAVIANI, 2007).

⁵ Autonomia relacionada à independência, à tomada de decisões e à busca de ‘soluções’ de acordo com seus princípios e/ou princípios (SAVIANI, 2007).

investigação, mas sim buscar constantemente a superação da reprodução e do instrucionismo em prol de uma educação emancipatória.

Direitos humanos como princípio norteador

Ter como princípio norteador os direitos humanos significa, conforme Constituição Federal, “assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos” (BRASIL, 1988). Ou seja, os direitos humanos representam parte essencial no processo de formação de cidadãos autônomos e críticos.

Sustentabilidade socioambiental como meta universal

De acordo com Loureiro, a Educação Ambiental não deve ser entendida como algo mais, idealmente concebida, nas sobrecarregadas rotinas de trabalho. Além disso, não pode deixar que ela fique no plano do discurso vazio de “salvação pela educação” ou da normatização de comportamentos “ecologicamente corretos”. É necessário torná-la um componente inerente ao fazer pedagógico, numa perspectiva de potencializar o movimento em busca de novas relações sociais na natureza e principalmente que a perspectiva ambiental passe a fazer parte ativa dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), permeando a instituição escolar em seu pulsar. (LOUREIRO, 2007).

Portanto, ter a sustentabilidade ambiental como meta universal possibilita fomentar “uma educação cidadã, responsável, crítica e participativa que possibilita a tomada de decisões transformadoras a partir do meio ambiente no qual as pessoas se inserem, em um processo educacional que supera a dissociação sociedade/natureza” (CNE, 2011, p. 24).

OS JOVENS E A ESCOLA

Muitas são as inquietações relacionadas aos caminhos necessários a serem percorridos para uma educação de qualidade no Ensino Médio. No

entanto, o Parecer n.º 05/2011 do Conselho Nacional de Educação – CNE destaca a necessidade “dessa etapa educacional adotar procedimentos que guardem maior relação com o projeto de vida dos estudantes como forma de ampliação da permanência e do sucesso destes na escola” (2011, p. 12).

Contudo, quem são os sujeitos que frequentam o Ensino Médio? Quais são as características, interesses, anseios e aspirações desses estudantes?

Responder a esses questionamentos exige, além da discussão coletiva e um ‘olhar’ crítico com objetivo de diagnóstico da realidade das unidades escolares, o entendimento do conceito de “Juventudes” e do que isso representa nos contextos escolares.

Para o Estatuto da Juventude, instituído pela Lei n.º 12.852, de 5 de agosto de 2013, “são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade”.

A mesma Lei, no art. 2.º, Inciso VI, estabelece em seus princípios o “respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude”, conforme afirma o Parecer n.º 05/2011:

esta proposta de atualização das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio concebe a juventude como condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões, com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes (CNE, 2011, p. 12-13).

Nesse sentido, repensar o Ensino Médio a partir desse conceito de ‘juventudes’, assim como entender de que forma esses jovens se relacionam com a escola, implica na tentativa de (re)construção de um Ensino Médio que perceba o importante papel socializador da escola para os sujeitos que o frequentam.

Partindo desse pressuposto, é de suma importância

considerar que a vida escolar exige um conhecimento mais denso dos sujeitos (...) que ultrapasse os limites de sua vida na instituição. Trata-se desse modo, de aprofundar o conhecimento sobre as formas e os estilos de vida experimentados pelos jovens em suas várias práticas, para

compreendê-los e, ao mesmo tempo, produzir novas referências que retomem em chave democrática a ação socializadora da escola, na especificidade de seus saberes e práticas (SPÓSITO, 2004, p. 87).

Levar em consideração essas e outras questões referentes ao público do Ensino Médio, além da análise sobre a relação desses com as unidades escolares em que fazem parte, é o início de uma discussão que pode levar a novas formas de Organizar o Trabalho Pedagógico e definir uma proposta que realmente atenda às necessidades e especificidades desses sujeitos tão singulares e diversos.

POSSIBILIDADES DE ADESÃO DO ENSINO MÉDIO INOVADOR NO PARANÁ

Ensino Médio Noturno

Pensar o Ensino Médio Noturno nos traz diversas inquietações: quem são os sujeitos que frequentam esse turno? Qual a identidade dessa forma de oferta de ensino? Ele é composto por alunos trabalhadores? São alunos com distorção idade-série?

Além dessas inquietações, existem outros grandes questionamentos e interrogações, principalmente no que concerne à **permanência** dos educandos na escola e à **qualidade** do ensino ofertados a esses estudantes.

De acordo com Oliveira, “o ensino noturno é um muitas vezes caracterizado como um arremedo, uma cópia malfeita do ensino realizado no período diurno, sem identidade própria” (2004, p. 164). Tudo isso agravado com as situações referentes ao início e término das aulas, ao aproveitamento do tempo, à falta de exigências quanto à realização de atividades curriculares, entre outras situações que frequentemente comprometem o

conteúdo que deveria ser trabalhado, o reforço necessário ao que ainda não foi devidamente apreendido, ou até mesmo a pausa necessária para o recreio, para o descanso, ou ainda o espaço de socialização dos alunos. Enfim, são muitas as razões que pesam contrariamente à normalidade esperada para que o ensino noturno transcorra em condições aceitáveis (OLIVEIRA, 2004, p. 164).

Por esse motivo, o Estado do Paraná propõe a adesão ao Programa Ensino Médio Inovador – ProEMI, inicialmente para o período do noturno, objetivando que a discussão acerca dos problemas apontados acima, entre outros tantos, sejam tratados com prioridade e com a devida atenção. Portanto, as ações a serem planejadas devem ser prioritariamente pensadas e articuladas para a oferta do Ensino Médio Noturno, o que não impede sua aplicação também no **período diurno**.

Educação Profissional

A Educação Profissional integrada ao Ensino Médio, como etapa final da Educação Básica, apresenta as mesmas dificuldades vivenciadas pelas outras formas de oferta do Ensino Médio, dentre estas se destaca os índices de evasão, abandono, repetência e aprovação por Conselho de Classe - APCC, apesar do expressivo aumento de matrículas neste nível de ensino nos últimos anos.

A escola, segundo Silva (2012, p. 2) é um dos múltiplos espaços, onde os jovens efetivam as relações sociais. Entretanto, observamos, atualmente, que a ampliação do acesso à escolarização para as diversas camadas da população não tem garantido a conclusão da educação básica (formação para o trabalho e para o exercício da cidadania), uma vez que o cenário brasileiro se depara com o “esvaziamento de significado do espaço escolar”, conforme descrevem Costa e Kolinski (2006, p.133).

Portanto, não há como definir uma política pública para o Ensino Médio sem levar em conta as necessidades dos sujeitos jovens, para os quais essa política está destinada. Isso nos leva a pensar em uma educação que assegure a formação humana nas diversas dimensões (política, produtiva e social).

Nesse cenário, de acordo com Ramos,

o ensino médio é uma etapa fundamental na formação dos sujeitos. É uma etapa em que a relação entre ciência e forças produtivas se manifesta; é uma etapa em que os sujeitos estão fazendo escolhas e, dentre essas escolhas também está a formação profissional, o projeto de vida subjetiva e social que se deseja e se pode perseguir (2010, p. 69).

Dessa forma, a Educação Profissional articulada à formação básica deverá assegurar à população paranaense a formação indispensável ao exercício da cidadania, à efetiva participação nos processos sociais e produtivos e à continuidade dos estudos, conforme previsto nos art. 35 a 40 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (BRASIL, LDB,1996).

Princípios Norteadores da Educação Profissional

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional (DCNEP, 2012) reforçam essa ideia que uma formação efetivamente integrada deve possibilitar não somente o acesso a conhecimentos científicos e tecnológicos, mas também à reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem em normas de conduta de um grupo social, bem como, sobre a apropriação de referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, os quais expressam concepções, problemas, crises e potenciais de uma sociedade, que se vê traduzida e/ou questionada nas suas manifestações e obras artísticas, evidenciando a unicidade entre as dimensões científicas, tecnológicas e culturais. (BRASIL, 2012, p. 30).

As Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional no Paraná (DCEP, 2006), já preveem no seu escopo a integração como princípio norteador do Currículo, também contemplam a articulação entre ciência, cultura, trabalho e tecnologia.

As reflexões sobre o projeto de redesenho curricular para o Ensino Médio possibilitam o repensar do Currículo Integrado na Educação Profissional. Desse modo, qual a melhor proposta a ser implantada na escola para que haja de fato a integração do currículo, motivando os alunos a perceber a sua completa formação?

Pressupostos para o Redesenho Curricular

A proposta de reorganização do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional traz como princípio que a escola propicie ao aluno “o acesso ao saber social, a partir do que compreenderão melhor seu mundo, sua

prática, sua situação de classe e melhorarão suas condições de vida”. (KUENZER, 1991, p. 58).

Nessa perspectiva, a discussão das ações na escola para o redesenho curricular deverá estar embasada em pelo menos quatro pressupostos, como destaca Ciavatta (2005, p. 98):

1. O primeiro pressuposto da formação integrada é a existência de um projeto de sociedade. Onde as diversas instâncias responsáveis pela educação manifestam a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho. Relembramos que a Educação de jovens e adultos não poder ser reduzida às necessidades estritas do mercado de trabalho, ela não pode ser alheia às suas necessidades de sobrevivência e às exigências da produção econômica, como campo de onde os sujeitos sociais retiram os meios de vida.
2. A adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e pela formação específica. (...) os processos de ensino-aprendizagem como de elaboração curricular devem ser objeto de reflexão e de sistematização do conhecimento através das disciplinas básica e do desenvolvimento de ações que articulem o geral e o específico, a teoria e a prática, dos conteúdos, inclusive como o aproveitamento das lições que os ambientes de trabalho podem proporcionar (visitas, estágios, etc.)
3. A articulação da instituição com os alunos e familiares.
4. O exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa. Ela não ocorre sob o autoritarismo, porque deve ser uma ação coletiva, já que o movimento de integração é, necessariamente, social e supõe mais de um participante. Implica buscar professores abertos à inovação.

Também deve ser levada em consideração a constituição legal dos eixos tecnológicos, perfil estabelecido para o curso e a forma disciplinar materializados nos planos de curso para a Educação Profissional.

Assim, sugere-se que as escolas que ofertam Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Formação de Docente, currículo pleno, devem analisar seus índices de proficiência de Língua Portuguesa e Matemática, reprovação, abandono e êxito, suas ações da integração para então, organizar o Projeto de Redesenho Curricular e, conseqüentemente, aderir ao ProEMI.

Escolas que podem participar do Programa Ensino Médio Inovador

- **Centros Estaduais de Educação Profissional** que ofertam Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, tendo em vista que esses Cursos possuem carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas) horas e duração de 4 (quatro) anos, sendo, portanto, superior ao previsto no documento orientador do ProEMI (3.000 horas).
- **Colégios Agrícolas e Florestal**, considerando a organização em período integral, com carga horária total de 4.000 (quatro mil) horas, superior ao previsto no documento orientador do ProEMI (3.000 horas).
- **Colégios que ofertam Formação de Docentes**, Currículo Pleno, com carga horária total e tempo do curso de 4.000 (quatro mil) horas, com duração de 4 (quatro) anos, sendo, portanto, superior ao previsto no documento orientador do ProEMI (3.000 horas).

MACROCAMPOS DO PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR

É importante ressaltar, que os Macrocampos não se configuram como conteúdos ou disciplinas. Eles são apenas componentes de organização das ações contidas no Projeto de Redesenho Curricular (PRC), conforme interesse e necessidade da escola, de forma articulada com as disciplinas e aos conteúdos disciplinares.

O Programa Ensino Médio Inovador possui 08 (oito) Macrocampos, a saber:

- **Acompanhamento Pedagógico:** Trata-se de uma ação inerente ao fazer pedagógico, nele poderão estar contidas ações relacionadas ao aprofundamento de conhecimentos específicos, seja por necessidade ou por interesse, assim como ações que visem superar as dificuldades apresentadas pelos estudantes como, por exemplo, ações mais intensivas de recuperação de conteúdos que envolvam recursos pedagógicos diferenciados e encaminhamentos metodológicos diversificados. Nesse sentido, o Macrocampo, Acompanhamento

Pedagógico, deve permear todas as ações da escola e estar articulado a outros Macrocampos do Programa Ensino Médio Inovador.

- **Iniciação Científica e Pesquisa:** Fazer iniciação científica implica em aprender como pesquisar e, dessa forma, apropriar-se do método científico do qual pratica. Esta prática visa à formação do estudante para a pesquisa e para isso recorre aos modos de produção do conhecimento científico, historicamente determinado e praticado pelo homem. Sob esta perspectiva, o processo ensino-aprendizagem terá como eixo condutor a pesquisa desenvolvida a partir de um problema inerente ao contexto em que se encontram inseridos a escola e/ou os sujeitos da comunidade escolar. Contudo, estas ações toma como embasamento teórico o conhecimento das disciplinas escolares, neste caso, o conhecimento escolar. Ainda que haja a necessidade, por conta da natureza do problema, do envolvimento em outras áreas do conhecimento, esta imersão dar-se-á através do Currículo Escolar, ou seja, considerando as demais disciplinas escolares. Isso se faz necessário por conta da forma como está e é organizado o conhecimento científico que, por sua vez, reflete na formação das disciplinas específicas. A iniciação científica, assim pensada para a Educação Básica, exige uma prática pedagógica fundamentada numa visão epistemológica em que o professor age não apenas como mediador, mas também como pesquisador e atuante no processo de produção do conhecimento escolar.

Da mesma forma, os estudantes como sujeitos do processo devem estar imersos no contexto da investigação, problematizando, realizando leituras, afim de também produzir tal conhecimento. As atividades podem ser realizadas por meio de plano de trabalho que envolva estudos e pesquisas de campo, mas sempre estabelecendo relação entre a abordagem conceitual e a temática significativa; bem como possibilitar o aprofundamento e a investigação organizada e sistematizada sobre fatos, fenômenos e procedimentos, oportunizando ao estudante a formação necessária para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo.

Para que as atividades de pesquisa atendam a finalidade escolar como a apropriação de conhecimentos, o desenvolvimento da atitude

científica, o domínio da prática do discurso, a compreensão dos fenômenos naturais, o enfrentamento de situações-problema, a construção de argumentações consistentes e a elaboração de propostas que atentem para as questões sociais, dentre outras, estas precisam estar associadas ao desenvolvimento de Planos de Trabalho que integrem os diferentes saberes conceituais, frente a um Currículo baseado nas dimensões científica, artística e filosófica do conhecimento.

- **Leitura e Letramento:** Todos os sujeitos, mesmo os que não foram, por uma série de circunstâncias, alfabetizados, leem o mundo ao seu redor, aprendem, pela via da experiência, a decodificar situações vivenciais, aprendem, em suma, a ler seus respectivos contextos. (MERIEU, *apud* BRAYNER, 2005; PIVOVAR, 2002). Porém, mais que um ato formal, uma opção individual, entende-se que a formação para a leitura dos diversos gêneros textuais e nos diversos contextos linguísticos, inscreve-se entre os direitos dos cidadãos. Considerando a leitura como um dos elementos fundamentais para a construção do conhecimento, pondera-se que a formação de leitores deve ser encarada como uma prioridade pela escola, inscrevendo-se no universo educacional não como ação eventual ou programa isolado, mas como parte integrante das Políticas Curriculares e de Formação Continuada dos Professores⁶.
- **Línguas Estrangeiras:** De acordo com as Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Educação Básica (DCEs), a Língua Estrangeira Moderna se constitui como “um espaço para que o aluno reconheça e compreenda a variedade linguística e cultural, de modo que se envolva discursivamente e perceba as possibilidades de construção de significados em relação ao mundo em que se vive” (DCE de Língua Estrangeira Moderna, 2008, p. 53). Nesse contexto, as ações elaboradas a partir desse Macrocampo devem estabelecer relações entre cultura, sujeito e identidade e objetivar que os estudantes reconheçam o uso da língua nos diferentes propósitos comunicativos,

⁶ Fragmento do texto produzido em 2012 denominado: **Leitura, livros e leitores:** considerações sobre a leitura em geral e no universo escolar. Arias, V. *et. al.* Curitiba, mar. 2012.

tendo como base o trabalho a partir da leitura de textos verbais e não verbais.

- **Cultura Corporal:** As ações planejadas no Macrocampo Cultura Corporal, devem possibilitar muito mais do que a simples preocupação com aptidão física, coordenação motora ou treinamento esportivo. Pensar ações relacionadas à Cultura Corporal significa pensar relações de integração e inter-relação das práticas corporais de forma mais crítica, estimulando a “reflexão sobre o acervo de formas e representações do mundo que o ser humano tem produzido, exteriorizadas pela expressão corporal (...). Essas expressões podem ser identificadas como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem” (DCEs de Educação Física, 2008, p. 53).
- **Produção e Fruição das Artes:** O trabalho com o Macrocampo Produção e Fruição das Artes, a partir de uma práxis criadora, deve priorizar ações que se desenvolvam numa perspectiva estética, histórica e filosófica e que propicie aos estudantes, o estímulo à capacidade de criação e comunicação de novas percepções e visões de mundo. Nesse sentido, o fazer pedagógico deve entender a “arte como forma de conhecimentos, como ideologia e como trabalho criador” (DCEs de Arte, 2008, p. 69), podendo dialogar com as diferentes disciplinas.
- **Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias:** As ações elaboradas a partir do Macrocampo Comunicação, Cultura Digital e uso de Mídias devem estar relacionadas à utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação como recurso ao fazer pedagógico, possibilitando uma análise crítica sobre o uso das mídias nos meios de interação social. As “atividades deverão envolver vivências em espaços de atuação e interação que ampliem a utilização de métodos, técnicas e dinâmicas, utilizando recursos tecnológicos e compreendendo as novas relações na comunicação” (MEC, DOCUMENTO ORIENTADOR DO ProEMI, 2013, p. 19-20).
- **Participação Estudantil:** As ações elaboradas a partir do Macrocampo Participação Estudantil devem objetivar uma formação para o exercício da cidadania, por meio de experiências que permitam aos jovens vivenciar o processo democrático, seja na participação dos processos

decisórios, no processo de ensino-aprendizagem, ou mesmo na efetiva valorização da cultura dos estudantes, de suas necessidades, especificidades, anseios e expectativas, individualmente e/ou por meio de organização estudantil. Partindo desses pressupostos, a participação é inerente ao ato pedagógico e deve buscar a superação de uma ‘educação bancária’ em prol de uma educação emancipatória.

AÇÕES PEDAGÓGICAS INTEGRADAS AO CURRÍCULO

As ***Ações Pedagógicas Integradas ao Currículo*** tem como objetivo promover ações e atividades pedagógicas diversificadas que busquem a melhoria no processo de ensino-aprendizagem para todos os estudantes do Ensino Médio.

O ProEMI volta-se à reestruturação curricular, porém segundo os documentos do Programa, as Redes de Ensino têm autonomia para organizar este processo de acordo com o Currículo que estas já praticam e em cujas bases organizam sua infraestrutura, legislação, quadro de pessoal, entre outros.

Desse modo, o “redesenho”, segundo o MEC, tende a tornar-se um caminho cujas proposições de avanço qualitativo devem somar-se aos percursos já realizados pelas respectivas Redes de Ensino.

É importante que as escolas, ao realizarem a adesão para o ano letivo de 2014, reúnam seus coletivos de professores e reflitam à luz dos documentos orientadores sobre a melhor forma de organizar seus Planos de Trabalho, considerando suas especificidades e os objetivos que pretendem alcançar.

No caso do Paraná é preciso conciliar as Diretrizes Curriculares Orientadoras para a Educação Básica à Rede Estadual de Ensino, a proposta de gradativa integração dos conteúdos por áreas de conhecimento e as quatro dimensões que compõe o eixo integrador do Currículo do Ensino Médio (Trabalho, Ciência, Cultura e Tecnologia).

Note-se que em nenhum momento os documentos do ProEMI desvalorizam os conhecimentos específicos das disciplinas, mas explicitam que

é preciso, pela via da integração, superar a fragmentação excessiva dos “saberes escolares”, de forma que estes colaborem para a formação multidimensional dos estudantes, a partir dos grandes eixos do Programa.

O movimento de integração curricular parte das disciplinas e dos conteúdos disciplinares para, então, dialogar com outros conhecimentos, expandindo as possibilidades de conexões. Dessa forma, propõe-se que, a partir de conhecimentos sólidos e referendados, ou seja, disciplinares, os Projetos de Resenho Curricular integrem grupos de conteúdos afins, de forma a expressarem, sem relações forçadas ou destituídas de valor científico e pedagógico, o diálogo entre os conteúdos escolares.

É muito importante que no percurso de Redesenho Curricular a determinação presente nas Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio, que confere centralidade ao desenvolvimento do estudante pesquisador, isto é, participe, autônomo da construção do conhecimento seja observada. Sabe-se que a formação do estudante pesquisador, presume a competência investigativa da própria escola e de seus professores. Tal perfil, também tomado como meta do ProEMI, só se constrói se a atitude pedagógica for voltada ao estudo sistemático, à pesquisa e à experimentação.

Em suma, o ProEMI não se sustenta sobre saberes e projetos vagos e gerais mas, presume planos bem elaborados, professores capacitados e equipe pedagógica atenta à evolução dos estudantes.

Essas ações pedagógicas devem ser planejadas sempre a partir de um ou mais conteúdos relacionadas a uma ou mais disciplinas escolares. O objetivo das ações e atividades é que estas estejam sempre relacionadas a um Macrocampo do Programa Ensino Médio Inovador e precisam atender às necessidades, especificidades e interesses dos estudantes.

A descrição da organização das ações para a elaboração do PRC deve contemplar os seguintes itens:

- **Macrocampo:** conforme orientação contida no Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador – 2013, ressalta-se a obrigatoriedade dos Macrocampos: **Acompanhamento Pedagógico, Iniciação Científica e Pesquisa e Leitura e Letramento.** Além dos Macrocampos acima citados, a Secretaria de Estado da Educação, dada a importância de ações que possam

fomentar o protagonismo juvenil, opta por tornar obrigatório também o Macrocampo **Participação Estudantil**. Portanto, conforme Documento Orientador, a escola deverá prever ações para os quatro Macrocampos acima citados e pelo menos mais um de escolha da comunidade escolar, podendo inclusive, prever ações para todos os Macrocampos, conforme planejamento e iniciativa dos professores.

- **Disciplina(s):** nesse campo deverão constar as disciplinas envolvidas nas ações pedagógicas indicadas, lembrando que poderão ser indicadas uma ou mais disciplinas, conforme opção e proposta das unidades escolares.
- **Conteúdos:** para que as ações não se estabeleçam apenas como 'projetos' desarticulados e desvinculados do currículo escolar, todas as ações deverão evidenciar os conteúdos estruturantes, básicos e específicos que serão desenvolvidos pelas disciplinas envolvidas na ação, conforme proposta pedagógica curricular ou os conteúdos indicados nas ementas, caso a proposta seja desenvolvida nas turmas de Ensino Médio da Educação Profissional.
- **Ações Pedagógicas:** nesse campo deverão ser descritas como serão e como acontecerão as ações pedagógicas.
- **Objetivo:** é necessário que se descreva o objetivo ao qual está relacionada à ação.
- **Recursos (itens):** neste componente deverão constar todos os insumos necessários para que a ação descrita seja realizada. Poderão ser previstos itens de capital e custeio, conforme Resolução/CD/FNDE nº 31, de 22 de julho de 2013 e orientações da CAF (Coordenação de Apoio Financeiro à Rede Escolar). Ressalta-se, que neste item, a comunidade escolar poderá planejar ações pedagógicas que possibilite adquirir produtos e equipamentos, realizar melhorias em espaços pedagógicos para atividades esportivas e artísticas, em laboratórios de Química, Física, Biologia, adquirindo reagentes químicos e demais materiais necessários para o uso pedagógico desses espaços, modernizar e ressignificar ambientes educativos, ocupados de forma inadequada e/ou ociosos,

upgrade em equipamentos tecnológicos e de informática, realização de eventos curriculares como: Feiras, Mostras, Festivais, Olimpíadas, estabelecer parcerias e/ou contratação pontuadas e por tempo determinado de técnicos e/ou especialistas para aprofundamentos de temas, conteúdos, dentre outras situações, com vista a gerar competências técnicas na escola, bem como realizar atividades externas à escola, como visitas a museus, zoológicos, dentre outros espaços, desde que as ações sejam decorrentes de objetivos e conteúdos curriculares e contribuam para o processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, à melhoria dos índices educacionais do Ensino Médio.

Todas as ações pedagógicas planejadas devem ser desenvolvidas durante a carga horária semanal de aulas e por seus professores afins. Ou seja, as ações integradas devem partir da proposta pedagógica curricular das unidades escolares, se incorporarem ao Plano de Trabalho Docente e se efetivarem na prática realizada em sala de aula.

Ressaltamos a necessidade de que todas as propostas planejadas partam das necessidades apresentadas pela realidade de cada unidade escolar e sejam construídas e elaboradas pela comunidade escolar, com a participação efetiva dos estudantes do Ensino Médio.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP), por definição, a longo prazo, é o planejamento da escola, que deve ser revisto e avaliado constantemente pelo coletivo da comunidade escolar.

Nesse sentido,

o Projeto Político-Pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão (VEIGA, 2005, p. 14).

A partir desta compreensão e do resgate da “escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, fundado na reflexão coletiva” (VEIGA, 2005, p. 14), da rediscussão dos elementos que constituem o PPP, é importante agregar os conceitos com relação à questão da Juventude, do Trabalho, da Ciência, da Tecnologia e da Cultura como eixo integrador do Ensino Médio, assim como as características e os desafios enfrentados no período noturno. Essa reflexão é essencial para a elaboração de um currículo focado nas necessidades e especificidades da comunidade escolar, bem como nos anseios das juventudes que compõem essa etapa de ensino.

Elementos do Projeto Político-Pedagógico

- **Diagnóstico:** é o momento de conhecer a realidade da comunidade em que a escola está inserida, considerando-se as dimensões econômicas, culturais e a organização social que permeia aquela comunidade.

Implica levantar questões como: qual a realidade de nossa escola em termos: legais, históricos, pedagógicos, financeiros, administrativos, físicos, materiais e de recursos humanos? Quais são os dados demográficos da região em que se situa a escola? Qual é a população-alvo da escola? Quais suas características em termos de nível socioeconômico, cultural e educacional? Qual o papel da educação/escola nessa realidade? Qual a relação entre a escola e o mundo do trabalho? Quais as principais questões e desafios apresentados pela prática pedagógica (evasão, reprovação, aprovação por Conselho de Classe, entre outros)? O que é prioritário para a escola? (VEIGA, 2011, p. 24).

Esses questionamentos são relevantes na construção desse diagnóstico e são a base concreta sobre a qual se planejará a prática pedagógica em cada estabelecimento de ensino. As relações entre a inovação, a organização do trabalho pedagógico, as características das juventudes que frequentam a escola e as especificidades referentes ao turno noturno devem ser tomados como referência para este diagnóstico.

- **Conceituação:** neste elemento do PPP explicita-se qual o entendimento do coletivo escolar acerca do conceito de homem, mundo e

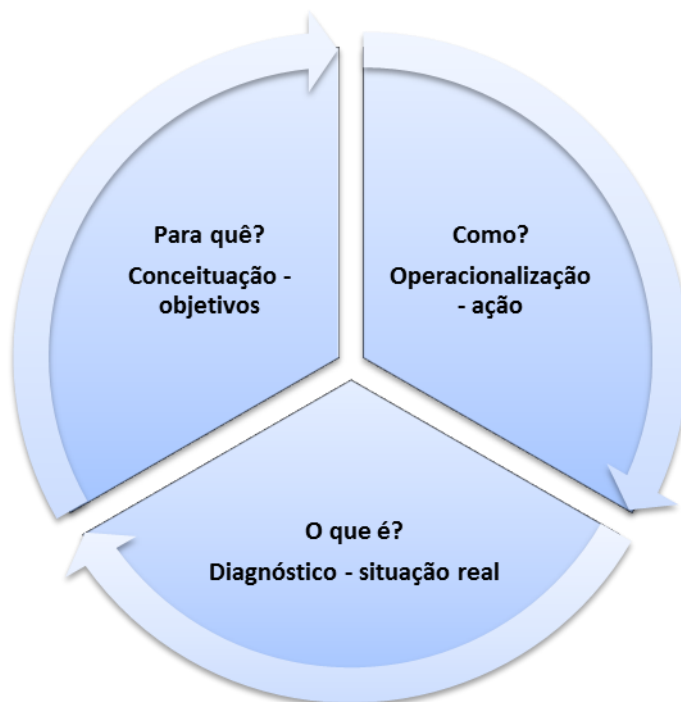
sociedade. Por meio desse elemento é que se define qual escola se quer, para quem é a escola e qual método atenderá as necessidades de ensino-aprendizagem da comunidade, bem como qual transformação social se quer e como concretizá-la. Diante disso, cabem os seguintes questionamentos:

Que referencial teórico, ou seja, que concepções se fazem necessárias para a transformação da realidade? Que tipo de alunos queremos formar? Para qual sociedade? Que experiências queremos que nosso aluno vivencie no dia a dia de nossa escola? Quais as decisões básicas referentes ao *que*, *para que*, e *a como* ensinar, articulados ao *para quem*? O que significa construir o projeto político pedagógico como prática social coletiva? (VEIGA, 2011, p. 24-25)

Partindo destas concepções e mantendo abertas as possibilidades de participação da comunidade, numa perspectiva democrática da gestão escolar, a análise permanente da escola permite o estabelecimento de propostas de ensino-aprendizagem e de avaliação com vistas à apropriação do conhecimento como via de emancipação, para que os estudantes possam se tornar cidadãos autônomos e críticos.

- **Operacionalização:** neste elemento, a escola deverá inserir todas as ações estabelecidas para atingir os objetivos elencados no elemento conceitualização. É neste momento em que deve acontecer a inserção do Programa Ensino Médio Inovador, além de todos os outros programas, políticas e iniciativas próprias que as unidades escolares desenvolvem com o intuito de cumprirem com sua função social.
- **Proposta Pedagógica Curricular:** não é um elemento fragmentado do PPP, mas a parte em que expressa a forma como as concepções assumidas coletivamente serão efetivadas na prática pedagógica, por meio da seleção, ordenação e avaliação dos conteúdos de cada disciplina. Conforme Sacristán, “sem conteúdo não há ensino, qualquer projeto educativo acaba se concretizando na aspiração de conseguir alguns efeitos nos sujeitos que se educam” (2000, p. 120). Daí a necessidade de se entender a construção da proposta pedagógica curricular como a viabilização do Projeto Político-Pedagógico, a concretização do ensino que esteja

ligado à efetivação da função social da escola pela seleção dos conteúdos, considerados como imprescindíveis à formação e emancipação das juventudes que frequentam e precisam do Ensino Médio. A seleção dos conteúdos que compõem a proposta pedagógica curricular está vinculada à possibilidade de intervenção do jovem na realidade social da qual faz parte, de forma crítica e transformadora.



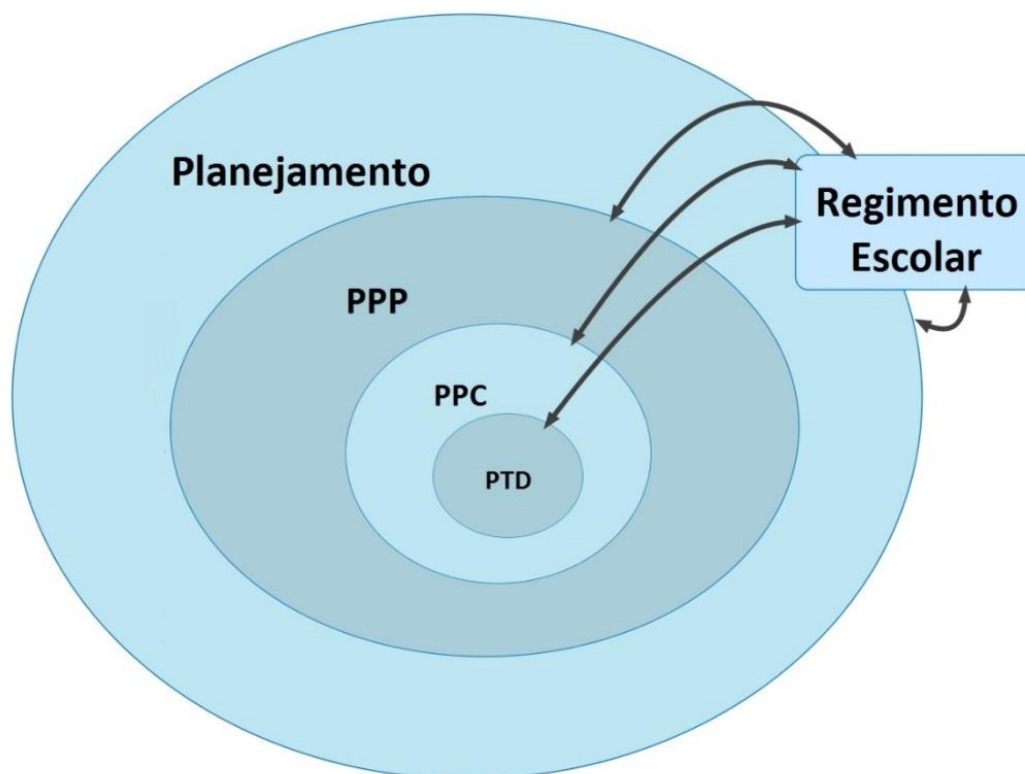
Outros componentes da Organização do Trabalho Pedagógico

- **Plano de Trabalho Docente:** o momento de elaboração e execução do PTD representa a concretização da proposta de ensino-aprendizagem, trazendo consigo as concepções e decisões tomadas coletivamente e expressas na efetiva prática educativa. É o planejamento a curto-prazo, em que a ação pedagógica se materializa, cumprindo-se a função social da escola. É, em última instância, a aula do professor. É o tempo e o lugar do ensino e da aprendizagem. É a relação entre o aluno e o

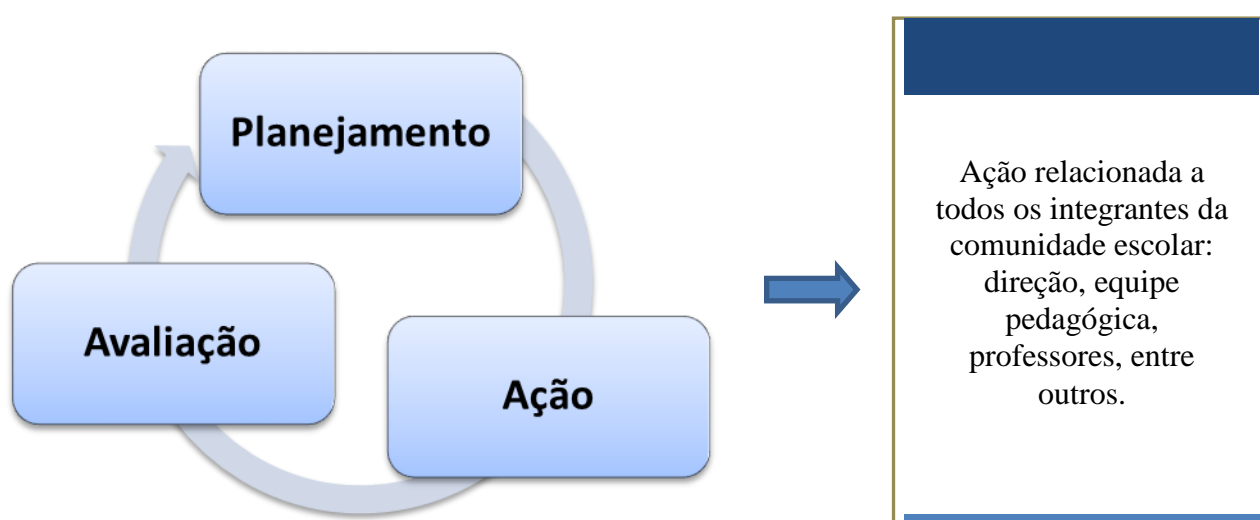
conhecimento, mediada pelo professor, pela sua ação educativa planejada com objetivos previamente definidos.

- **Regimento Escolar:** É o documento que dá legitimidade às proposições da comunidade escolar, consubstanciadas no PPP, que regulam e organizam as atividades educacionais. Constitui-se num ordenamento legal das ações desenvolvidas e das relações estabelecidas no contexto escolar, onde todos os sujeitos da comunidade escolar estão submetidos. Neste documento estão previstas as atribuições, direitos, deveres e proibições de cada um dos segmentos que compõem a comunidade escolar, definindo a organização e normatizando o funcionamento das instâncias colegiadas de gestão, estabelecendo o cumprimento estrito das legislações federais, estaduais e municipais de garantia aos direitos e deveres dos cidadãos e das instituições.

Partindo desses componentes essenciais à Organização do Trabalho Pedagógico, o diagrama abaixo apresenta a relação entre estes, organizados em uma esfera de trabalho, todas articuladas e devidamente legalizadas no Regimento Escolar.



Além da articulação acima exposta, é importante que toda ação pedagógica pressuponha intencionalidade. Portanto, independentemente do nível em que aconteça a proposição (PPP, PPC e/ou PTD), ela deve partir da relação entre planejamento, ação e avaliação, conforme representação abaixo:



REFERÊNCIAS

Leis, Resoluções e Decretos:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

_____. **Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm (A)

_____. LDB. Lei 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em www.planalto.gov.br.

_____. MEC. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 2012.

_____. MEC. **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento orientador. Brasília, 2013. (B)

PARANÁ, SEED/DEB. **Leitura, livros e leitores**: considerações sobre a leitura em geral e no universo escolar. (Texto para discussão). Arias, V. *et. al.* Curitiba, mar. 2012. (A)

_____. **Caderno de Expectativas de Aprendizagem**. Curitiba, 2012. (B)

_____. **Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba: SEED/DEB, 2008. (A)

_____. SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Profissional**: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba, 2006.

_____. **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**: Concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual do Paraná. Curitiba: SEED-PR, 2008. (B)

PARECER CNE/CEB 5/2011, aprovado em 04 de maio de 2011. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=8016&Itemid.

Bibliográficas

BRAYNER, F. H. A. **Como salvar a educação (e o sujeito) pela literatura:** sobre Philippe Meirieu e Jorge Larrosa. In: Revista Brasileira de Educação (ANPED). Maio /Jun /Jul /Ago 2005 nº 29, p: 63-72.

COSTA, M. da; KOSLINSKI, M. C. **Entre o Mérito e a Sorte:** escola, presente e futuro na visão de estudantes do ensino fundamental do Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, v. 11, n. 31, jan./abr. 2006, p. 133-154.

DEMO, P. **Pesquisa:** Princípio Científico e Educativo. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FAZENDA, I. C. A. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro:** Efetividade ou Ideologia. 6ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011. Disponível em:
http://www.pucsp.br/gepi/downloads/PDF_LIVROS_INTEGRANTES_GEPI/livro_integracao_interdisciplinaridade.pdf. Acesso em: 21/05/2012.

FRIGOTTO, G. **A Interdisciplinaridade como Necessidade e como Problema nas Ciências Sociais.** Ideação: Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste – Campus Foz do Iguaçu. Volume 10, n.1, p. 41-62, 1º sem. 2008. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188>. Acessado em: 09/05/2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). **Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional.** São Paulo: cut, 2005a. p. 19-62. (A)

FRIGOTTO, G et all. **Ensino médio integrado:** concepção e contradições. São Paulo: Cortez. 2005. (B)

FRIGOTTO, Gaudêncio; FRANCO, Maria Ciavatta (Orgs.). **Ensino Médio – Ciência, cultura e trabalho.** Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Educação e Trabalho no Brasil:** o estado da questão. Brasília: Inep, 1991.

LOUREIRO, C. B. **Educação Ambiental Crítica: contribuições e desafios.** Texto a ser publicado em: MEC/MMA. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Brasília, 2007. Disponível em: <http://tecnologia.iat.educacao.ba.gov.br/sites/default/files/Educacao%20Ambienta%20Critica%20contribuicoes%20e%20desafios.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2013.

MESSINA, G. **Mudança e inovação educacional**: notas para reflexão. **Cad. Pesqui**, São Paulo, n. 114, Nov. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 Aug. 2013.

PIVOVAR, A. **O parlamento das gralhas**. In. *Educar*, Curitiba, n. 20, p. 87-105. 2002. Editora UFPR. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/educar/article/viewArticle/2100>

RAMOS, M. Concepção do Ensino Médio integrado à Educação Profissional. In: **O Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**: Concepções e construções a partir da implantação na rede pública estadual do Paraná. Curitiba: SEED-PR, 2008.

RESOLUÇÃO CNE/CEB n.º 2, de 30 de janeiro de 2012. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9864&Itemid=

SACRISTÁN, J. G. & GÓMEZ, A. I. **Compreender e Transformar o Ensino**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>

SILVA, Monica Ribeiro da. **Jovens, ensino médio e politécnia**: possibilidades diante das novas diretrizes curriculares nacionais, Texto elaborado com vistas à participação na Conferência Estadual do Ensino Médio – Rio Grande do Sul, dezembro de 2011. Apresentado no VI Fórum NEPEG de Formação de Professores de Geografia, Universidade Federal de Goiás, abril de 2012.

SPÓSITO, M. P. (Des)encontros entre os jovens e a escola. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino Médio – Ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

OLIVEIRA, D. A. A recente expansão da educação básica no Brasil e suas consequências para os que vivem do trabalho. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (Orgs.). **Ensino Médio – Ciência, cultura e trabalho**. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da Escola**: Uma Construção Possível. 19ª edição. Campinas: Papirus, 2005.